

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	17
DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	32

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	87

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.854.931
Preferenciais	4.575.177
Total	7.430.108
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2016	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/07/2016	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2016	Ordinária		0,07900
Reunião do Conselho de Administração	08/08/2016	Juros sobre Capital Próprio	25/08/2016	Preferencial		0,07900

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	48.587.000	47.011.000
1.01	Ativo Circulante	1.960.000	2.334.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	643.000	802.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	295.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	295.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	295.000	282.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	263.000	318.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	263.000	318.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	759.000	932.000
1.01.08.03	Outros	759.000	932.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	32.000	44.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	727.000	888.000
1.02	Ativo Não Circulante	46.627.000	44.677.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	587.000	491.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	582.000	486.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	582.000	486.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.000	5.000
1.02.01.09.03	Outros Ativos	5.000	5.000
1.02.02	Investimentos	45.494.000	43.641.000
1.02.02.01	Participações Societárias	45.494.000	43.641.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.383.000	2.425.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	43.111.000	41.216.000
1.02.03	Imobilizado	86.000	85.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	86.000	85.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	48.587.000	47.011.000
2.01	Passivo Circulante	1.281.000	1.563.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	140.000	111.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	140.000	111.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	74.000	0
2.01.03.01.02	PIS e Cofins a Pagar	0	19.000
2.01.03.01.03	Outros	66.000	92.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.141.000	1.452.000
2.01.05.02	Outros	1.141.000	1.452.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.139.000	1.444.000
2.01.05.02.04	Participações e Honorários a Pagar	2.000	2.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	0	6.000
2.02	Passivo Não Circulante	685.000	601.000
2.02.03	Tributos Diferidos	5.000	6.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.000	6.000
2.02.04	Provisões	680.000	595.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	680.000	595.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	680.000	595.000
2.03	Patrimônio Líquido	46.621.000	44.847.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.405.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	36.405.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	0	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	616.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	586.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	10.763.000	12.654.000
2.03.04.01	Reserva Legal	753.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.010.000	10.813.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.170.000	-786.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.174.000	4.141.000	1.984.000	3.859.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.000	-20.000	-8.000	-18.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.000	7.000	3.000	6.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.000	-161.000	-38.000	-180.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-37.000	-161.000	-38.000	-180.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.217.000	4.315.000	2.027.000	4.051.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.174.000	4.141.000	1.984.000	3.859.000
3.06	Resultado Financeiro	17.000	36.000	26.000	50.000
3.06.01	Receitas Financeiras	36.000	76.000	38.000	72.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.000	-40.000	-12.000	-22.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.191.000	4.177.000	2.010.000	3.909.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	40.000	22.000	-144.000	-113.000
3.08.01	Corrente	-7.000	-74.000	-11.000	-15.000
3.08.02	Diferido	47.000	96.000	-133.000	-98.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.231.000	4.199.000	1.866.000	3.796.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	2.231.000	4.199.000	1.866.000	3.796.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3	0,57	0,25	0,51
3.99.01.02	PN	0,3	0,57	0,25	0,51
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3	0,57	0,25	0,51
3.99.02.02	PN	0,3	0,57	0,25	0,51

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	2.231.000	4.199.000	1.866.000	3.796.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-98.000	-384.000	-35.000	134.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-86.000	-367.000	-37.000	121.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	-12.000	-17.000	2.000	13.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.133.000	3.815.000	1.831.000	3.930.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.000	205.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-126.000	-75.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.199.000	3.796.000
6.01.01.02	Variações Monetárias Líquidas	25.000	19.000
6.01.01.03	Provisões	60.000	62.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.315.000	-4.051.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-96.000	98.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.000	1.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	146.000	280.000
6.01.02.01	Aumento em Ativos Financeiros	-12.000	-14.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	232.000	205.000
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	-74.000	89.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.896.000	1.740.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.901.000	1.742.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-4.000	-2.000
6.02.03	Aumento de Capital em Subsidiária	-1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.075.000	-1.740.000
6.03.01	Subscrição de Ações	0	3.000
6.03.02	Aquisição de Ações para Tesouraria	0	-13.000
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-2.075.000	-1.730.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159.000	205.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	802.000	643.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	643.000	848.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-31.000	-4.956.000	-1.134.000	0	-2.041.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-222.000	0	-222.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-912.000	0	-912.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-64.000	-125.000	0	0	-189.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.199.000	-384.000	3.815.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.199.000	0	4.199.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-384.000	-384.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.065.000	-3.065.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.065.000	-3.065.000	0	0
5.07	SalDOS Finais	36.405.000	623.000	10.763.000	0	-1.170.000	46.621.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	74.000	-5.937.000	-1.025.000	0	-1.588.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.300.000	0	-5.000.000	0	0	300.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.000	0	0	0	-14.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.000	0	-202.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-823.000	0	-823.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	96.000	-96.000	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.10	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-8.000	-123.000	0	0	-131.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796.000	134.000	3.930.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796.000	0	3.796.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	134.000	134.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	134.000	134.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	601.000	8.993.000	0	-351.000	41.568.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-16.000	-12.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.000	-6.000
7.02.04	Outros	-8.000	-6.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	-3.000	-2.000
7.02.04.02	Outros	-5.000	-4.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-16.000	-12.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-17.000	-13.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.398.000	4.129.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.315.000	4.051.000
7.06.02	Receitas Financeiras	76.000	72.000
7.06.03	Outros	7.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.381.000	4.116.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.381.000	4.116.000
7.08.01	Pessoal	3.000	5.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.000	5.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	139.000	293.000
7.08.02.01	Federais	139.000	293.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.000	22.000
7.08.03.01	Juros	40.000	22.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.199.000	3.796.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	912.000	823.000
7.08.04.02	Dividendos	222.000	202.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.065.000	2.771.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	56.738.000	54.830.000
1.01	Ativo Circulante	6.102.000	6.114.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.356.000	2.174.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	295.000	282.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	295.000	282.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	295.000	282.000
1.01.03	Contas a Receber	955.000	996.000
1.01.03.01	Clientes	955.000	996.000
1.01.04	Estoques	951.000	968.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.545.000	1.694.000
1.01.08.03	Outros	1.545.000	1.694.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	1.051.000	1.175.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	442.000	506.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	52.000	13.000
1.02	Ativo Não Circulante	50.636.000	48.716.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.462.000	2.299.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.508.000	1.442.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	893.000	816.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	893.000	816.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	61.000	41.000
1.02.01.09.03	Ativos Mantidos para Vendas	58.000	41.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	3.000	0
1.02.02	Investimentos	43.140.000	41.246.000
1.02.02.01	Participações Societárias	43.111.000	41.216.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	43.111.000	41.216.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	29.000	30.000
1.02.03	Imobilizado	4.021.000	4.146.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.021.000	4.146.000
1.02.04	Intangível	1.013.000	1.025.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.013.000	1.025.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	56.738.000	54.830.000
2.01	Passivo Circulante	2.942.000	3.183.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	227.000	178.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	227.000	178.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	140.000	29.000
2.01.03.01.02	Outras	87.000	149.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	786.000	675.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	786.000	668.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	423.000	513.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	363.000	155.000
2.01.04.02	Debêntures	0	7.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.143.000	1.568.000
2.01.05.02	Outros	1.143.000	1.568.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.139.000	1.557.000
2.01.05.02.04	Provisão para Participação no Lucro	4.000	11.000
2.01.06	Provisões	786.000	762.000
2.01.06.02	Outras Provisões	786.000	762.000
2.02	Passivo Não Circulante	4.212.000	3.777.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.867.000	2.423.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.728.000	2.293.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.014.000	1.353.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	714.000	940.000
2.02.01.02	Debêntures	139.000	130.000
2.02.03	Tributos Diferidos	503.000	611.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	503.000	611.000
2.02.04	Provisões	842.000	743.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	842.000	743.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	49.584.000	47.870.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.405.000	32.292.000
2.03.01.01	Capital Social	36.405.000	32.325.000
2.03.01.02	Ações em Tesouraria	0	-33.000
2.03.02	Reservas de Capital	616.000	680.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	586.000	650.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	25.000	25.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	7.000	7.000
2.03.04	Reservas de Lucros	10.763.000	12.653.000
2.03.04.01	Reserva Legal	753.000	1.123.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.010.000	10.812.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	718.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.170.000	-786.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.963.000	3.024.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.201.000	2.310.000	1.170.000	2.390.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-919.000	-1.819.000	-900.000	-1.816.000
3.03	Resultado Bruto	282.000	491.000	270.000	574.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.954.000	3.725.000	1.781.000	3.441.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-166.000	-309.000	-154.000	-307.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-64.000	-146.000	-63.000	-133.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.000	21.000	1.000	11.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-60.000	-207.000	-38.000	-180.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-39.000	-163.000	-38.000	-180.000
3.04.05.02	Outras	-21.000	-44.000	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.229.000	4.366.000	2.035.000	4.050.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.236.000	4.216.000	2.051.000	4.015.000
3.06	Resultado Financeiro	-54.000	-92.000	-32.000	-56.000
3.06.01	Receitas Financeiras	102.000	195.000	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-156.000	-287.000	-32.000	-56.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.182.000	4.124.000	2.019.000	3.959.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	49.000	56.000	-128.000	-94.000
3.08.01	Corrente	-47.000	-127.000	-22.000	-37.000
3.08.02	Diferido	96.000	183.000	-106.000	-57.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	2.231.000	4.180.000	1.891.000	3.865.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	2.231.000	4.180.000	1.891.000	3.865.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.231.000	4.199.000	1.866.000	3.796.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-19.000	25.000	69.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,3	0,57	0,25	0,51
3.99.01.02	PN	0,3	0,57	0,25	0,51

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,3	0,57	0,25	0,51
3.99.02.02	PN	0,3	0,57	0,25	0,51

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	2.231.000	4.180.000	1.891.000	3.865.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-98.000	-384.000	-35.000	134.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	-100.000	-383.000	-37.000	128.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	2.000	-1.000	2.000	6.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.133.000	3.796.000	1.856.000	3.999.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.133.000	3.815.000	1.831.000	3.930.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	-19.000	25.000	69.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	255.000	561.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.000	405.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	4.180.000	3.865.000
6.01.01.02	Provisões	76.000	64.000
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	228.000	205.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	284.000	324.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.366.000	-4.050.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-183.000	57.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-76.000	-77.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.000	6.000
6.01.01.11	Outros	59.000	11.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	180.000	232.000
6.01.02.01	Aumento em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-13.000	-14.000
6.01.02.02	Redução em Contas a Receber de Clientes	31.000	24.000
6.01.02.03	(Aumento) / Redução em Estoques	17.000	-64.000
6.01.02.04	(Aumento) / Redução em Ativos Fiscais	170.000	-3.000
6.01.02.05	Redução em Demais Ativos	83.000	174.000
6.01.02.07	Aumento / (Redução) em Obrigações Fiscais	-50.000	49.000
6.01.02.08	Aumento / (Redução) em Demais Passivos	-58.000	66.000
6.01.03	Outros	-137.000	-76.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-9.000	-8.000
6.01.03.02	Juros Pagos sobre Empréstimos e Financiamentos	-128.000	-68.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.587.000	1.395.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	-87.000	-8.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intagível e Ativos Biológicos	-207.000	-309.000
6.02.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	1.881.000	1.712.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.653.000	-1.909.000
6.03.01	Subscrição e Integralização de Capital	20.000	3.000
6.03.02	Ações em Tesouraria	0	-13.000
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-2.161.000	-1.800.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	859.000	141.000
6.03.06	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-345.000	-233.000
6.03.08	Amortização de Debêntures	-8.000	-7.000
6.03.09	Pagamento aos Acionistas Dissidentes	-18.000	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-7.000	1.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	182.000	48.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.174.000	1.897.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.356.000	1.945.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4.080.000	-31.000	-4.956.000	-1.134.000	0	-2.041.000	-42.000	-2.083.000
5.04.01	Aumentos de Capital	4.080.000	0	-4.080.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-222.000	0	-222.000	0	-222.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-912.000	0	-912.000	0	-912.000
5.04.08	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.09	Ações em Tesouraria Canceladas	0	33.000	-33.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Aumento de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-42.000	-42.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-64.000	-125.000	0	0	-189.000	0	-189.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.199.000	-384.000	3.815.000	-19.000	3.796.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.199.000	0	4.199.000	-19.000	4.180.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-384.000	-384.000	0	-384.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.065.000	-3.065.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.065.000	-3.065.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	623.000	10.763.000	0	-1.170.000	46.621.000	2.963.000	49.584.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	27.025.000	527.000	12.159.000	0	-485.000	39.226.000	3.013.000	42.239.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	5.300.000	74.000	-5.937.000	-1.025.000	0	-1.588.000	-15.000	-1.603.000
5.04.01	Aumentos de Capital	5.300.000	0	-5.000.000	0	0	300.000	0	300.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-14.000	0	0	0	-14.000	0	-14.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-202.000	0	-202.000	0	-202.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-823.000	0	-823.000	0	-823.000
5.04.08	Dividendo Exced. Mín. Obrig. Exerc. Ant.	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.09	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	96.000	-96.000	0	0	0	0	0
5.04.10	Aumento de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-15.000	-15.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-8.000	-123.000	0	0	-131.000	0	-131.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.796.000	134.000	3.930.000	69.000	3.999.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.796.000	0	3.796.000	69.000	3.865.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	134.000	134.000	0	134.000
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	134.000	134.000	0	134.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.771.000	-2.771.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	601.000	8.993.000	0	-351.000	41.568.000	3.067.000	44.635.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2016 à 30/06/2016	Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	2.907.000	3.044.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.899.000	3.030.000
7.01.02	Outras Receitas	18.000	20.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.000	-6.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.899.000	-1.896.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.544.000	-1.568.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-343.000	-321.000
7.02.04	Outros	-12.000	-7.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.008.000	1.148.000
7.04	Retenções	-284.000	-324.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-284.000	-324.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	724.000	824.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.573.000	4.276.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.366.000	4.050.000
7.06.02	Receitas Financeiras	196.000	220.000
7.06.03	Outros	11.000	6.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.297.000	5.100.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.297.000	5.100.000
7.08.01	Pessoal	408.000	406.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	328.000	327.000
7.08.01.02	Benefícios	58.000	56.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.000	23.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	438.000	590.000
7.08.02.01	Federais	308.000	482.000
7.08.02.02	Estaduais	123.000	104.000
7.08.02.03	Municipais	7.000	4.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	271.000	239.000
7.08.03.01	Juros	271.000	239.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.180.000	3.865.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	912.000	823.000
7.08.04.02	Dividendos	222.000	202.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.065.000	2.771.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-19.000	69.000

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a junho de 2016 (1S16), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que na qualidade de auditores independentes emitiram relatório sem ressalva e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC) na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

Os países desenvolvidos continuam mostrando crescimento moderado. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB foi de 2,2% no acumulado em 12 meses até março de 2016. A taxa de desemprego caiu para 4,9% na média do segundo trimestre de 2016 comparado aos 5,4% observados no mesmo período de 2015.

Na zona do euro, o PIB cresceu 0,6% no 1T16. Os níveis de emprego na região têm melhorado, de modo que a taxa de desemprego caiu para 10,1% em maio de 2016 ante 11,0% em igual período do ano passado. No Reino Unido, o PIB vem registrando crescimento anualizado de 2,0% em 2016, enquanto a taxa de

desemprego caiu de 5,7% em maio do ano passado para 4,8% em maio desse ano.

A perspectiva de crescimento nos países emergentes melhorou. O PIB da China cresceu 6,7% na comparação anual no 2º trimestre de 2016, o mesmo ritmo do trimestre anterior. Os preços das commodities continuaram avançando no 2º trimestre e apresentam alta no ano, com ajustes de oferta e demanda acima do esperado.

No cenário doméstico, a atividade econômica continuou em desaceleração. O PIB contraiu 0,3% no primeiro trimestre do ano na comparação com o trimestre anterior. Frente ao mesmo trimestre do ano anterior, a contração foi de 5,4%. Indicadores preliminares sugerem uma nova retração no segundo trimestre deste ano. A redução do ritmo de atividade vem impactando o mercado de trabalho. O desemprego se elevou de 8,3% no 2T15 para 11,3% no 2T16, medido pela Pnad Contínua.

A tendência de declínio na indústria apresenta indícios de que chegou ao fim. No 2T16, a produção industrial aumentou 1,2% ante o trimestre anterior. Destaque para a produção de bens de capital que elevou-se 6,6%, acumulando seis altas consecutivas. A confiança do setor em alta e o ajuste dos estoques em curso sugerem continuidade da recuperação da produção industrial no segundo semestre.

A inflação medida pelo IPCA em 12 meses recuou para 8,8% até junho, após fechar o ano passado em 10,7%. A desaceleração da inflação no período foi determinada pelo comportamento dos preços administrados, que registraram alta de 9,9% em 12 meses até junho, bem menor do que os 18,1% no fechamento de 2015. Já a alta dos preços livres atingiu 8,5% nos 12 meses encerrados em junho, mesmo nível do fechamento de 2015. O Banco Central (BC) vem mantendo a taxa básica de juros em 14,25% desde julho do ano passado.

O real se valorizou frente ao dólar e terminou junho em R\$ 3,21/US\$, ante R\$ 3,96/US\$ ao fim do ano passado. O provável adiamento da alta de juros nos EUA, o maior consenso em torno de reformas fiscais e a postura conservadora do Banco Central (BC) ajudaram o real. Ao fim de junho, o Banco Central mantinha um estoque de *swaps* cambiais da ordem de US\$ 62 bilhões e US\$ 376 bilhões de reservas internacionais.

Comentário do Desempenho

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -7,2% em junho de 2016, em termos reais, contra uma expansão de 0,8% um ano antes. As concessões acumuladas em 12 meses até junho de 2016 recuaram 7,7%, em termos reais, contra uma queda de 0,3% em junho de 2015. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física subiu 0,4 p.p. nos últimos 12 meses para 4,0% em junho de 2016. Já no crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência se elevou para 3,0% em junho de 2016 (2,3% em junho de 2015).

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Eventos Societários

A exemplo do que ocorreu nos três últimos anos, a Assembleia Geral (AGO/E) de 29.04.2016 aprovou bonificação de 10% em ações, mediante capitalização de reservas de lucros, no valor de R\$ 4.080 milhões. A bonificação ocorreu de forma gratuita, sendo atribuída aos acionistas 1 (uma) ação nova para cada 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29.04.2016.

Considerando que os dividendos trimestrais foram mantidos em R\$ 0,015 por ação, os valores pagos trimestralmente aos acionistas foram incrementados em 10% após a inclusão das novas ações nas suas respectivas posições.

O custo atribuído às ações bonificadas foi de R\$ 6,04028937 por ação impactando o preço médio

da carteira dos acionistas. As novas ações foram creditadas no dia 05.05.2016.

Eventos subsequentes

Em 14.07.2016 a Itaúsa adquiriu para tesouraria 26,8 milhões de ações ordinárias de emissão própria no montante total de R\$ 203,8 milhões, ao preço médio de R\$ 7,60 por ação.

O Conselho de Administração da Itaúsa deliberou, em 08.08.2016:

- ➔ Elevar o limite para aquisição de ações ordinárias de emissão própria para até 55.000.000 de ações; levando em consideração as 26.819.000 ações ordinárias adquiridas em julho/2016, o saldo disponível para aquisição de ações de emissão própria até 09.05.2017 passou a ser de 83.181.000 ações (28.181.000 ordinárias e 55.000.000 preferenciais);
- ➔ Declarar juros sobre o capital próprio (JCP) no valor de R\$ 0,07900 por ação (R\$ 0,06715 por ação líquidos de IR na fonte), que serão pagos aos acionistas em 25.08.2016 tendo como base de cálculo a posição acionária final do dia 12.08.2016.

A Itaúsa foi novamente listada dentre os 200 maiores grupos brasileiros na Edição Especial da Revista Exame de julho de 2016.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pelo resultado de equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 05).

Comentário do Desempenho

Demonstração do Resultado Individual - Recorrente

	01/01 a 30/06/2016	%	01/01 a 30/06/2015	%	Em R\$ Milhões Evolução (%)
Área de Serviços Financeiros	4.376	101,2%	4.284	100,0%	2,1%
Área Industrial	(54)	-1,2%	1	0,0%	-5500,0%
Duratex	(10)	-0,2%	37	0,9%	-127,0%
Elekeiroz	(24)	-0,6%	(15)	-0,4%	60,0%
Itautec	(20)	-0,5%	(21)	-0,5%	-4,8%
Outros	1	0,0%	(3)	-0,1%	-133,3%
Total REP Recorrente	4.323	100,0%	4.282	100,0%	1,0%
Resultado Próprio da Itaúsa	(116)		(113)		
Despesas Gerais e Administrativas	(20)		(18)		
Receitas/Despesas Financeiras	36		50		
Despesas Tributárias	(161)		(180)		
Outras Receitas Operacionais	7		6		
IR/CS	22		29		
Lucro líquido Recorrente	4.207		4.169		0,9%
Resultado não recorrente	(8)		(373)		
Lucro Líquido	4.199		3.796		10,6%

Despesas Gerais e Administrativas (DGA)

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 20 milhões de janeiro a junho de 2016, representando 0,5% em relação ao lucro líquido, percentual que se manteve estável em relação ao mesmo período de 2015.

Receitas/Despesas Financeiras

No primeiro semestre de 2016, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 36 milhões.

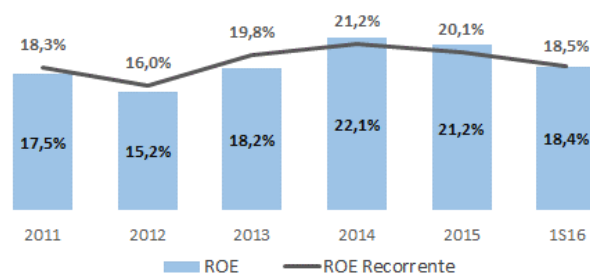
Despesas Tributárias

No acumulado dos seis primeiros meses de 2016, as despesas tributárias totalizaram R\$ 161 milhões. Essas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras e receita de juros sobre o capital próprio recebidos das sociedades investidas.

Lucro Líquido

O lucro líquido recorrente acumulado de janeiro a junho de 2016 foi de R\$ 4.207 milhões, elevação de 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE) de 18,5%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 4.199 milhões com rentabilidade de 18,4%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

A Itaúsa possui uma sólida posição de liquidez. O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 938 milhões ao final de junho de 2016.

O endividamento^(a) da Companhia em 30 de junho de 2016 era de somente 4,0%, sendo que das obrigações totais de R\$ 2,0 bilhões, R\$ 1,1 bilhão era referente a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) $\frac{\text{passivo circulante e não circulante}}{\text{total do ativo}} \times 100$

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Em R\$ Milhões	
					Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Lucro Líquido	4.199	3.796	(19)	69	4.180	3.865
Lucro Líquido Recorrente	4.207	4.169	(19)	69	4.188	4.238
Patrimônio Líquido	46.621	41.568	2.963	3.067	49.584	44.635
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,4%	18,9%	-1,3%	4,5%	17,2%	17,8%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	18,5%	20,7%	-1,3%	4,5%	17,3%	19,6%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

Indicadores por Ação	R\$ por ação		
	30/06/2016	30/06/2015	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	0,57	0,51	10,7
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,57	0,56	1,0
Valor Patrimonial da Controladora	6,27	5,59	12,2
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,13	0,12	11,1
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	7,54	8,09	-6,8
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	56.023	60.144	-6,9

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 29 de abril de 2016.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

Comentário do Desempenho

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Lucro Líquido	4.199	3.796	(19)	69	4.180	3.865
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes D= (A + B + C)	8	373	-	-	8	373
Próprio (A)	-	142	-	-	-	142
Amortização de Ágios	-	142	-	-	-	142
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (B)	5	234	-	-	5	234
Movimentação de Ações em Tesouraria	(17)	172	-	-	(17)	172
Amortização de Ágios	-	14	-	-	-	14
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	(4)	(16)	-	-	(4)	(16)
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	21	31	-	-	21	31
Provisão para Contingências Fiscais e Previdenciárias	2	17	-	-	2	17
Redução ao Valor Recuperável	3	16	-	-	3	16
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (C)	3	(3)	-	-	3	(3)
Elekeiroz	3	(3)	-	-	3	(3)
Lucro Líquido Recorrente	4.207	4.169	(19)	69	4.188	4.238

Comentário do Desempenho

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Junho	Área de Serviços Financeiros	Área Industrial			Em R\$ Milhões
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itaotec	CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
Ativos Totais	2016	1.316.342	9.374	704	134	56.738
	2015	1.133.898	8.860	699	240	50.816
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2016	103.338	1.914	392	5	6.676
	2015	88.345	1.967	407	18	6.440
Lucro Líquido	2016	11.710	(29)	(28)	(14)	4.180
	2015	11.518	107	(12)	(21)	3.865
Patrimônio Líquido (PL)	2016	117.583	4.560	427	57	49.584
	2015	103.959	4.687	453	88	44.635
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽³⁾	2016	20,7%	-1,3%	-12,7%	-42,8%	17,2%
	2015	23,0%	4,6%	-5,4%	-43,0%	17,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2016	63.704	365	(18)	(8)	212
	2015	26.054	490	5	(16)	405

(1) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itaotec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((jun + mar + dez'15)/3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

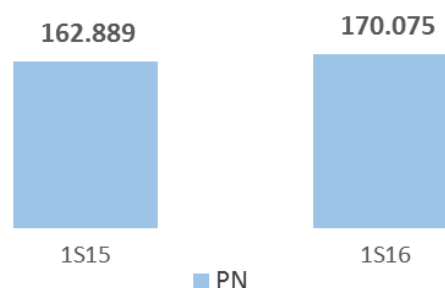
A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

4) MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o primeiro semestre de 2016 cotadas a R\$ 7,59, desvalorização de 6,3% em relação à cotação de encerramento do primeiro semestre de 2015, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou desvalorização de 2,9%.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) no primeiro semestre de 2016 foi de R\$ 170,1 milhões, em comparação a R\$ 162,9 milhões no mesmo período do ano anterior, com 3.838 mil negócios nos primeiros seis meses de 2016 (3.329 mil de janeiro a junho de 2015).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

O desconto é um dos indicadores mais utilizados pelos analistas, acionistas e investidores do mercado de capitais para avaliar o investimento na Itaúsa e diz respeito à diferença entre o valor de mercado verificado para a Itaúsa em comparação com o valor de mercado teórico que se obtém por meio da "soma das partes" que a compõem. A Área de Relações com

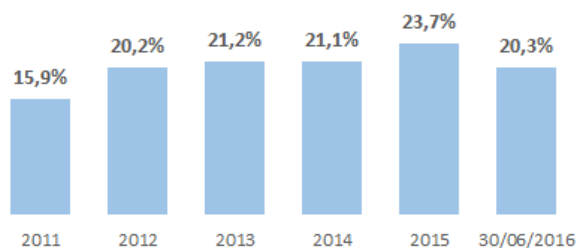
Comentário do Desempenho

Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para recebê-lo basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

Em 30 de junho de 2016, as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 20,3% em relação ao valor de mercado da soma de suas participações nas Companhias, em comparação a 16,8% observado ao final de junho de 2015.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 56.023 milhões, queda de 6,9% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 70.260 milhões.

Histórico Desconto Itaúsa



Em 30 de junho de 2016, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 42.199.

5) COMPANHIAS CONTROLADAS ITÁUSA



Itaú CorpBanca – Em janeiro de 2014, por meio da sua subsidiária Banco Itaú Chile, o Itaú Unibanco assinou acordo (Transaction Agreement) com o CorpBanca* e seus acionistas controladores. E, conforme previsão do aditamento ao Transaction Agreement, celebrado em 02 de junho de 2015, as partes fecharam a operação em 1º de abril de 2016, quando apresentaram condições plenas para o processo de reorganização societária. A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, seu acionista controlador, com participação de 33,58% no capital social do novo banco. Esse acordo representa um importante passo no processo de internacionalização do Itaú Unibanco. Como resultado da fusão, o Itaú Unibanco passa da sétima para quarta posição no ranking de maiores bancos do Chile.

No site de Relações com Investidores do Itaú CorpBanca (www.itaui.cl > Investor Relations) são divulgadas suas informações financeiras trimestrais e mensais, sendo estas últimas até o oitavo dia útil do mês subsequente.

*O CorpBanca é um banco comercial com sede no Chile e que também atua na Colômbia e no Panamá focado em pessoas físicas e grandes e médias empresas. Em 2015, de acordo com a Superintendência Chilena de Bancos, foi um dos maiores bancos privados do Chile em termos de tamanho total de sua carteira de crédito, com *market share* de 7,1%.

Banco Digital – Oferecer produtos e serviços inovadores e que atendam as novas necessidades dos clientes faz parte da estratégia do Itaú Unibanco em ser um banco cada vez mais digital. As agências digitais foram criadas para atender os clientes que quase não frequentam as agências e fazem praticamente todas as suas transações em canais remotos. Em 30.06.2016, o Itaú Unibanco contava com 115 agências exclusivamente digitais, com crescimento de 105% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em abril de 2016, foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional a abertura e fechamento de contas pela internet. Esse movimento proporciona mais conveniência, segurança e eficiência nos processos de abertura e fechamento de contas dos clientes.

O Itaú Unibanco recebeu dois importantes reconhecimentos: o Cannes Lions, nas categorias Mobile e Digital e; o Facebook Awards, no qual foi a única empresa da América Latina a vencer a categoria 'Melhor Uso de Plataformas do Facebook'.

Em parceria com o Facebook, lançou a plataforma "Livros na Timeline". Com o projeto, concebido para aumentar a escala e a experiência da iniciativa "Leia Para Uma Criança", disponibilizou uma série de livros infantis escritos por grandes autores só para mobile.

Comentário do Desempenho

Cancelamento de ações em Tesouraria – Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril e homologado pelo BACEN em 7 de junho, o Itaú Unibanco realizou o cancelamento de 100 milhões de ações preferenciais, escriturais, de própria emissão e mantidas em tesouraria, sem alteração do capital social.

O saldo de ações em tesouraria em junho de 2016 era de 54,2 milhões de ações preferenciais, que equivalem a 1,9% das ações da mesma classe em circulação (free float)^(a).

(a) Para obter mais informações sobre os volumes negociados e os preços praticados nessas negociações, acesse www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Recompra de Ações.

IFRS

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards).

Resultados

No primeiro semestre de 2016, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 11,8 bilhões, com aumento de 0,7% em relação ao primeiro semestre de 2015, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,8%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos.

Ativos

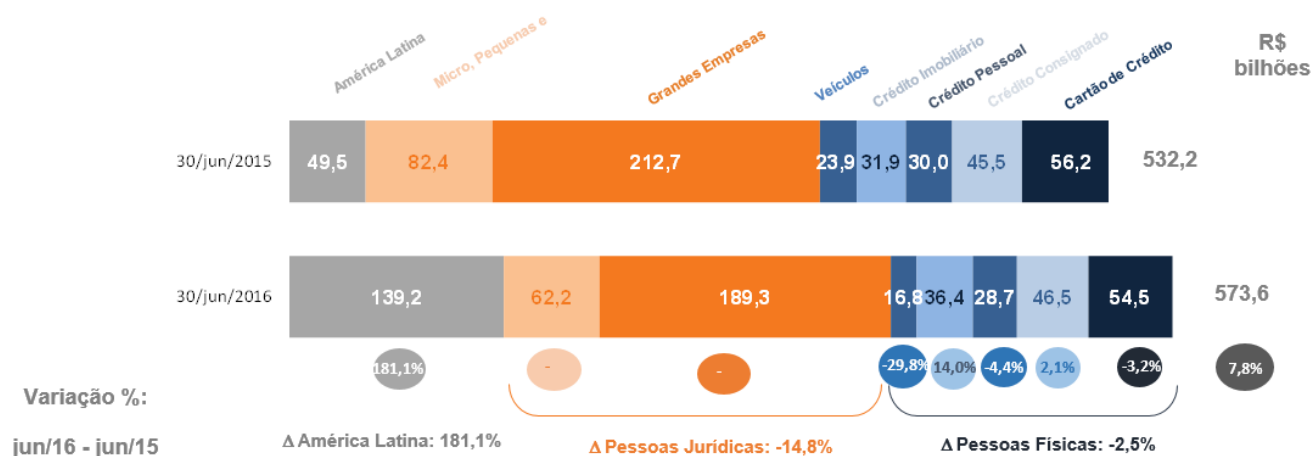
O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de junho de 2016, com aumento de 9,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com maiores garantias.

Carteira de Crédito

Em 30 de junho de 2016 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 573,6 bilhões, com aumento de 7,8% em relação a 30 de junho de 2015, devido principalmente ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco a partir do 2º trimestre de 2016.

Apresentamos a abertura da carteira, com avais e fianças, em 30 de junho de 2016 e de 2015:



Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,0 trilhões em 30 de junho de 2016, aumento de 14,5% em relação ao

mesmo período do ano anterior. Se considerarmos os efeitos pro forma do Itaú CorpBanca em 30 de junho de 2015, o crescimento seria de 9,0%.

Em relação a junho de 2015, os depósitos à vista somados aos de poupança reduziram 0,7% em

Comentário do Desempenho

relação ao ano anterior. A relação entre a Carteira de Crédito e as Captações atingiu 89,0% em 30 de junho de 2016.

Inadimplência

A estratégia do Itaú Unibanco de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2011, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira. Em função da conjuntura econômica:

- índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias), alcançou 3,6% em 30 de junho de 2016, aumento de 0,3 p.p. em relação a 30 de junho de 2015.
- na carteira de clientes pessoas físicas esse índice atingiu 5,1% ao final de junho de 2016, aumento de 0,5 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- na carteira de clientes pessoas jurídicas atingiu 2,3% ao final de junho de 2016, aumento de 0,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior.



Os investimentos da Duratex somaram R\$ 255,0 milhões no 1º semestre de 2016, incluindo R\$ 66,6 milhões referentes ao fechamento de capital da Tablemac. Na operação industrial, a Companhia continua apenas com investimentos de sustentação, projetados em R\$ 220,0 milhões no ano. Em relação ao plantio e manutenção de florestas, foram gastos R\$ 90,6 milhões no primeiro semestre, dentro do planejado pela Duratex.

Resultados

A receita líquida no primeiro semestre de 2016 totalizou R\$ 1.914,0 milhões, 2,7% inferior comparada ao mesmo período do ano anterior. No segundo trimestre de 2016 (2T16) a companhia registrou receita líquida de R\$ 1.012,6 milhões, elevação de 12,3% comparada ao primeiro trimestre de 2016 (1T16).

A Duratex registrou um EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 277,9 milhões no semestre, 34,5% inferior ao

mesmo período de 2015. No entanto, no 2T16 o EBITDA ajustado e recorrente foi de R\$ 171,7 milhões, aumento de 61,5% em relação ao 1T16.

No 1S16 a empresa apresentou um prejuízo líquido de R\$ 28,8 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 106,9 milhões no 1S15. No segundo trimestre, registrou um lucro líquido de R\$ 0,7 milhão (prejuízo líquido de R\$ 29,6 milhões no 1T16).

A dívida líquida da empresa em 30.06.2016 era de R\$ 2.073,6 milhões, equivalente a 3 vezes o EBITDA recorrente e ajustado dos últimos 12 meses e a 45,5% patrimônio líquido do final do primeiro semestre de 2016.

O volume da **Divisão Madeira** acumula uma queda de 4,6% nos seis primeiros meses de 2016 quando comparado ao mesmo período em 2015. No segundo trimestre, houve aumento de 2,0% na comparação com o trimestre anterior. Os movimentos de aumento de preço ocorridos no final do primeiro trimestre de 2016 refletem no aumento de 7,5% na receita líquida unitária no 2T16 quando comparada ao trimestre anterior, que aliado à queda do custo caixa resulta em uma margem EBITDA de 18,5% no 2T16, frente a 11,6% no trimestre anterior. No 1S16 a receita líquida foi de R\$ 1.275,8 milhões, queda de 1,4% em relação ao 1S15, e a margem foi de 15,2%. Desde março, a companhia observa uma estabilização na demanda de painéis de madeira, que aliada ao ajuste de capacidade do setor ocorrido no início do ano, proporcionou a possibilidade de aumentos de preço.

A **Divisão Deca** consolidou vendas de 12,0 milhões de peças nos primeiros seis meses de 2016, com destaque para um aumento expressivo das vendas do negócio de chuveiros elétricos que ocorreu no segundo trimestre. O volume de vendas representa uma queda de 5,9% em relação ao primeiro semestre de 2015 (6,6 milhões de peças no 2T16, 21,3% acima ao trimestre anterior). A Receita Líquida no primeiro semestre foi de R\$ 638,2 milhões, redução de 5,0% quando comparada ao mesmo período do ano anterior (R\$ 345,3 milhões no 2T16 versus R\$ 292,9 milhões no 1T16, incremento de 17,9%). A margem EBITDA ajustada e recorrente do semestre foi de 13,1% (19,0% no primeiro semestre de 2015 e 13,9% no 2T16, superior em 20,0% com relação ao 1T16).

A Divisão Deca mais uma vez performou melhor que o índice Abrammat, que mede a evolução da receita do setor de materiais de construção civil. Como fatores positivos, destacam-se a recomposição de margem, que resultou em uma melhora de EBITDA no segundo

Comentário do Desempenho

trimestre de 2016 e o excelente desempenho do negócio de chuveiros elétricos. Vale reafirmar que a Deca está alinhada com os esforços realizados pela Duratex em recompor sua margem e continua empenhada em aumentar os volumes de vendas e incrementar seu mix. Além disso, a agenda interna, os projetos de redução de custos e melhora de nível de serviço permanecerão nos próximos períodos visando aperfeiçoar o desempenho do negócio e garantir a perenidade de suas operações.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 21,3 milhões no primeiro semestre de 2016, destinados principalmente à manutenção das operações e aquisição de participação na Nexoleum Bioderivados.

Em maio de 2016 a Companhia adquiriu 50% da Nexoleum Bioderivados S.A., *joint venture* que explorará mercado de plastificantes com base renovável, por meio de produção e oferta de produtos bioderivados de origem vegetal no Brasil e em regiões relevantes como Estados Unidos e Europa. O valor de investimento foi de R\$ 13,9 milhões.

Resultados

No primeiro semestre de 2016, a expedição foi 14% superior ao mesmo período de 2015, sendo que os produtos inorgânicos, responsáveis por 55% dessa expedição, apresentaram aumento de 36% e os produtos orgânicos queda de 5% (no 2º trimestre de 2015 a planta de ácido sulfúrico passou por uma parada programada de 45 dias para manutenção).

A receita líquida total do semestre atingiu R\$ 391,9 milhões, 4% abaixo do primeiro semestre de 2015. As vendas internas recuaram 2% e as exportações 20%.

O lucro bruto foi de R\$ 16,6 milhões no semestre, 19% abaixo do realizado na primeira metade do ano passado.

Eventos não Recorrentes: no 2º trimestre, com a aquisição de 50% dos ativos da Nexoleum, houve o reconhecimento de ganho por compra vantajosa no montante de R\$ 4,3 milhões; no 1º trimestre foram provisionados os custos referentes à desativação

temporária das linhas de Ftálico e Plastificantes de Camaçari, impactando negativamente o resultado em R\$ 8,2 milhões. Em 2015, ocorreu reversão de provisões para contingências cíveis que contribuíram para a melhora do resultado em R\$ 3,4 milhões.

O EBITDA no acumulado do semestre foi de R\$ 8,4 milhões negativos (R\$ 4,5 milhões positivos no 1º semestre de 2015). O EBITDA recorrente totalizou R\$ 4,6 milhões negativos no semestre.

No 1º semestre a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 28,0 milhões (prejuízo de R\$ 12,4 milhões no 1º semestre de 2015), enquanto que o prejuízo líquido recorrente foi de R\$ 25,5 milhões.

Ao final de junho a dívida líquida totalizou R\$ 158,2 milhões, correspondendo a 37% do patrimônio líquido.

Itautec

Dissidência de Acionistas: em Assembleia Geral de 14.01.2014, os acionistas aprovaram a mudança do objeto social da Itautec, em razão de seu reposicionamento estratégico no mercado de TI, divulgado ao Mercado em Fato Relevante de 15.05.2013. Os acionistas dissidentes dessa mudança foram reembolsados por suas ações em 25.02.2014 pelo valor de R\$18,76 por ação, apurado com base no valor patrimonial das demonstrações financeiras intermediárias de 30.09.2013.

A partir da publicação no Diário Oficial da União em 15.03.2016 do Termo de Compromisso celebrado com a CVM, a Itautec: (i) em 11.04.2016, efetuou o pagamento complementar de R\$ 27,83 por ação (diferença do valor de reembolso total de R\$ 46,59, apurado com base no valor patrimonial das demonstrações financeiras de 31.12.2012), totalizando R\$ 12,6 milhões (reconhecidos no Patrimônio Líquido no exercício de 2015), aos acionistas detentores das 451.759 ações da Itautec que manifestaram dissidência no período de 15.01 a 13.02.2014 e que receberam na oportunidade R\$ 18,76 por ação; (ii) em 16.05.2016, adquiriu 127.181 ações pelo valor de R\$ 46,59 por ação, totalizando R\$ 5,9 milhões (reconhecidos no Patrimônio Líquido no 2T16), dos acionistas que tinham direito de dissidir e permaneceram com suas ações, ininterruptamente desde a divulgação do Fato Relevante de 15.05.2013, e que exerceram o direito de retirada no período adicional concedido de 30 dias (de 02.04 a

Comentário do Desempenho

02.05.2016); e (iii) pagou aos acionistas que tinham o direito de dissentir (eram titulares de ações ininterruptamente de 15.05.2013 até 13.02.2014) e que alienaram suas ações em Bolsa após 13.02.2014, o valor de R\$ 27,83 por ação ou a diferença entre o valor da venda em Bolsa e o valor de reembolso de R\$ 46,59 por ação, desses valores o que fosse menor, perfazendo no 2T16 o total de R\$ 63 mil.

Resultados

A receita líquida consolidada de vendas e serviços do 1S16 foi de R\$ 4,8 milhões.

O resultado bruto acumulado do período foi negativo em R\$ 0,3 milhão.

No acumulado de janeiro a junho de 2016, o LAJIDA (EBITDA) foi negativo em R\$ 20,1 milhões.

As despesas operacionais do 1S16 atingiram R\$ 9,0 milhões.

O resultado líquido acumulado do semestre foi um prejuízo de R\$ 14,2 milhões.

O saldo de disponibilidades financeiras ao final de junho de 2016 era de R\$ 13,0 milhões e a dívida financeira bruta de R\$ 26,8 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 13,8 milhões.

6) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 109 mil colaboradores ao final de junho de 2016, incluindo aproximadamente 15 mil colaboradores em unidades no exterior, dos quais 9,9 mil são do Itaú CorpBanca, e 46 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 7,2 bilhões de janeiro a junho de 2016.

7) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

No período de janeiro a junho de 2016, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a junho de 2016, foram prestados os seguintes serviços:

- 06 de janeiro – serviços de *Benchmarking* de Capital Humano 2016;
- 22 de janeiro - assessoria fiscal e de preços de transferência;
- 15 de fevereiro, 7 de março, 23 de março, 23 de maio e 16 de maio – aquisição de treinamentos, materiais técnicos e pesquisa;
- 31 de março – revisão da Escrituração Contábil Fiscal.

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Comentário do Desempenho

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

8) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas



ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Em 30 de junho de 2016

(Em milhões de Reais)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 25 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,44% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,03% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 08 de agosto de 2016.

Notas Explicativas



NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 30 de junho de 2016

- Ciclo Anual de Melhorias (2012-2014) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IAS 19 Benefícios aos Empregados, IFRS 5 – Ativo Não Circulante Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 34 – Relatório Financeiro Intermediário. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.
- Alteração da IFRS 11 – Negócios em Conjunto – A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Os impactos dessa alteração serão devidos somente se houver alguma aquisição de controle compartilhado.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 Ativos Intangíveis – A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA.

Notas Explicativas



- Alteração da IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: As alterações têm o objetivo de incentivar as empresas a escolher quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis, para isso deve-se considerar qual informação é imaterial. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS. Os principais impactos identificados estão relacionados à divulgação das políticas contábeis e julgamento de materialidade nas notas explicativas.
- Alterações na IAS 28, IFRS 10 e na IFRS 12 Aplicando a Exceção à Consolidação: o documento contém orientações de aplicação do conceito de Entidades para Investimento. Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as demonstrações contábeis.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- Alteração da IAS 12 – Impostos sobre a Renda – A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios a iniciar em 1º de janeiro de 2017. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui: (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de *impairment* para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. Efetiva para exercícios a iniciar em 1º de Janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A IFRS 15 substitui a IAS 18, a IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 13, 15 e 18). Efetiva para exercícios a se iniciar após 1º de janeiro de 2018 e sua adoção antecipada é permitida pelo IASB. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração serão avaliados até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar com a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações Contábeis da ITAÚSA.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Itaúsa e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Notas Explicativas



Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 30/06/2016 era de R\$ 893 (R\$ 816 em 31/12/2015).

b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 27.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 27.

c) Ativos, Provisões e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 15.

O valor contábil dessas provisões em 30/06/2016 era de R\$ 885 (R\$ 771 em 31/12/2015).

Notas Explicativas

**d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos**

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 49, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**a) CONSOLIDAÇÃO****I. Subsidiárias**

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 30/06/2016	Porcentagem do capital em 31/12/2015
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,31%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,57%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

Notas Explicativas



II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações junto a acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 / IAS 21 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” - define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas**II. Transações em moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como receita ou despesa financeira.

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda, é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no seu valor contábil. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado, enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS**I. Classificação**

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do período reportado.

Notas Explicativas



I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria companhia e controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
 - (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
 - (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
 - (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
 - (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- ou

Notas Explicativas



(vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado.

No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizadas de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", o ganho ou perda relacionada com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado em "Outros Resultados Operacionais".

Os ganhos e as perdas acumuladas no patrimônio líquido são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

Notas Explicativas



f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PCLD ou *impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Notas Explicativas



Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

Notas Explicativas



O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

Notas Explicativas

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS**Planos de pensão - contribuição definida**

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

Notas Explicativas



O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 17.

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

Notas Explicativas



r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 25.

Notas Explicativas**NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	30/06/2016	31/12/2015
Disponibilidades	33	80
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	328	348
Certificado de Depósitos Bancários	1.352	944
Operações Compromissadas	643	802
Total	2.356	2.174

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/06/2016	31/12/2015
Letra Financeira Subordinada	61	61
Letra Financeira do Tesouro	234	221
Total	295	282

Notas Explicativas



NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	30/06/2016	31/12/2015
Cientes no país	855	864
Cientes no exterior	117	148
Partes Relacionadas	49	43
<i>Impairment</i>	(66)	(59)
Total	955	996

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	30/06/2016	31/12/2015
A vencer	901	931
Vencidos até 30 dias	19	29
Vencidos de 31 a 60 dias	5	10
Vencidos de 61 a 90 dias	3	4
Vencidos de 91 a 180 dias	7	7
Vencidos há mais de 180 dias	86	74
Total	1.021	1.055

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	(59)	(43)
Constituição	(11)	(19)
Reversão	1	1
Baixa de títulos	3	6
Aquisição DuchaCorona	-	(4)
Saldo Final	(66)	(59)

Notas Explicativas



NOTA 6 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	30/06/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Outros Ativos Financeiros	783	271	919	257
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	94	-	104
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	727	-	835	-
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	6	15	19	9
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 24)	-	115	3	122
Créditos com Precatório	-	11	-	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	4	32	5	12
Outros	46	4	57	-
Outros Ativos Não Financeiros	32	20	13	-
Despesas Antecipadas	22	-	6	-
Outros	10	20	7	-

b) Outros Passivos

	30/06/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Fornecedores	282	-	271	-
Provisão de Pessoal	140	-	147	-
Sociedade em Conta de Participação ⁽¹⁾	31	94	108	-
Adiantamento de Clientes	18	5	22	6
Aquisição de Empresas	19	33	24	33
Rendas Antecipadas	6	-	7	-
Fretes e Seguros a Pagar	21	-	17	-
Comissões a Pagar	10	-	8	-
Aquisição Áreas Reflorestamento e Ativo imobilizado	9	-	8	-
Provisões para Garantias e Reestruturação	4	29	17	28
Outras Contas a Pagar	89	-	32	33
Total	629	161	661	100

(1) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 - ESTOQUES

	30/06/2016	31/12/2015
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	326	386
Produtos Acabados	396	361
Produtos em Elaboração	121	117
Almoxarifado Geral	108	107
Adiantamento a Fornecedores	3	3
Provisão para Perdas nos Estoques	(3)	(6)
Total	951	968

O custo dos estoques reconhecido no resultado é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou em 30 de junho de 2016 R\$ 1.819 (R\$ 1.816 em 30 de junho de 2015).

Em 30 de junho de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas



NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2015							
Capital Social	75.000	7.430	1.868	321	272	52	32
Ações em Tesouraria	(1.328)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(431)	(332)	405	(1)	-	2	-
Reservas	24.511	17.320	2.298	145	(163)	52	(31)
Outros	1.508	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 01/01/2015	99.260	24.418	4.543	465	109	106	1
Movimentações de 01/01 a 30/06/2015							
Resultado Líquido	11.518	1.539	104	(12)	(21)	(3)	-
Ações em Tesouraria	(950)	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.819)	(160)	(77)	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	330	85	38	-	-	-	-
Outras Movimentações	(380)	(92)	2	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2015							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	62	38
Ações em Tesouraria	(2.342)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(101)	(247)	443	(1)	-	-	-
Reservas	19.727	13.607	2.327	132	(184)	41	(37)
Outros	1.527	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 30/06/2015	103.959	25.790	4.610	453	88	103	1
Patrimônio Líquido em 01/01/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	(195)	43	(45)
Outros	1.733	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 01/01/2016	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 30/06/2016							
Resultado Líquido	11.710	1.901	(31)	(28)	(14)	1	-
Ações em Tesouraria	173	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(5.100)	(198)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(984)	(258)	(48)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(468)	(131)	86	-	(6)	-	-
Patrimônio Líquido em 30/06/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.962	322	272	262	39
Ações em Tesouraria	(1.447)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.274)	(815)	411	-	-	-	-
Reservas	34.631	17.956	2.194	105	(215)	44	(37)
Outros	1.525	-	-	-	-	-	-
Saldo Contábil em 30/06/2016	117.583	29.571	4.539	427	57	306	2

Notas Explicativas



b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 30/06/2015	2.770.034.003	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações do Capital Social	2.770.036.544	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.541)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/06/2015	2.679.105.186	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.760.796.137	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(81.690.951)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/06/2015	5.449.139.189	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	752.189	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/06/2015	1.071.116.200	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Ordinárias	1.071.022.909	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	752.189	12.200.000
Ações Preferenciais	93.291	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/06/2015							
No Capital Social	19,66%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 30/06/2016	3.047.037.403	710.454.184	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 30/06/2016	2.882.688.341	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	2.936.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(54.187.410)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 30/06/2016	5.929.725.744	1.061.396.457	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 30/06/2016	1.178.227.819	706.169.365	245.169.699	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	245.169.699	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 30/06/2016							
No Capital Social	(1) 19,87%	66,53%	35,57%	96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,57%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,87% e indireta de 17,44%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,21% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,31% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

Notas Explicativas



c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2015								
Participação Societária	19.413	16.246	1.607	449	106	106	1	37.928
Resultados Não Realizados	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	121	-	-	-	-	-	-	121
Saldo Contábil em 01/01/2015	19.520	16.246	1.607	449	106	106	1	38.035
Movimentações de 01/01 a 30/06/2015	1.002	914	24	(12)	(21)	(3)	-	1.904
Resultado de Participação Societária	3.026	1.024	37	(12)	(21)	(3)	-	4.051
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.017)	(106)	(27)	-	-	-	-	(2.150)
Outros Resultados Abrangentes	63	57	14	-	-	-	-	134
Outras Movimentações	(70)	(61)	-	-	-	-	-	(131)
Saldo do Investimento em 30/06/2015								
Participação Societária	20.435	17.160	1.631	437	85	103	1	39.852
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	100	-	-	-	-	-	-	100
Saldo Contábil em 30/06/2015	20.522	17.160	1.631	437	85	103	1	39.939
Valor de Mercado em 30/06/2015	68.918	-	1.725	252	143	-	-	71.038
Saldo do Investimento em 01/01/2016								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 01/01/2016	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 30/06/2016	1.021	874	4	(27)	(20)	1	-	1.853
Resultado de Participação Societária	3.107	1.264	(10)	(27)	(20)	1	-	4.315
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.791)	(132)	-	-	-	-	-	(1.923)
Aumento de Capital em Subsidiária	-	-	34	-	-	-	-	34
Outros Resultados Abrangentes	(195)	(172)	(17)	-	-	-	-	(384)
Outras Movimentações	(100)	(86)	(3)	-	-	-	-	(189)
Saldo do Investimento em 30/06/2016								
Participação Societária	23.364	19.674	1.607	413	55	306	2	45.421
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 23a)	85	-	-	-	-	-	-	85
Saldo Contábil em 30/06/2016	23.437	19.674	1.607	413	55	306	2	45.494
Valor de Mercado em 30/06/2016	66.873	-	2.089	158	166	-	-	69.286

Notas Explicativas



II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2015		31/12/2015			01/01 a 30/06/2015	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	112.252	22.416	58.179	11.518	3.026
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	28.257	18.800	-	1.539	1.024
Total				41.216			4.050

	% de participação em 30/06/2016		30/06/2016			01/01 a 30/06/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,31	64,16	117.584	23.437	66.873	11.710	3.107
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	29.571	19.674	-	1.901	1.264
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (5)
Total				43.111			4.366

(*) Inclui o resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	30/06/2016	31/12/2015
Ativos	1.316.344	1.276.424
Caixa e Equivalente de Caixa	106.146	91.649
Ativos Financeiros	654.121	651.825
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	468.787	447.404
Ativos Fiscais	43.968	52.158
Demais Ativos	43.322	33.388
Passivos	1.186.518	1.163.629
Depósitos	309.032	292.610
Captações no Mercado Aberto	339.687	336.643
Outros Passivos Financeiros	340.132	354.046
Provisão de Seguros e Previdência Privada	141.668	129.305
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	19.802	18.994
Demais Passivos	36.197	32.031

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receita de Juros e Rendimentos	77.914	68.961
Despesa de Juros e Rendimentos	(45.393)	(34.992)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	22.964	12.023
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(10.944)	(306)
Lucro Líquido	12.020	11.717
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	11.710	11.518
Outros Resultados Abrangentes	(984)	330
Resultado Abrangente	10.726	11.848

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 30/06/2016 e 31/12/2015, não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas



NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2014								
Custo	727	1.115	4.169	53	56	318	142	6.580
Depreciação Acumulada	-	(399)	(1.920)	(34)	(47)	-	(95)	(2.495)
Saldo Contábil, líquido	727	716	2.249	19	9	318	47	4.085
Movimentações de 01/01 a 30/06/2015	19	2	112	2	-	(90)	18	63
Aquisições	10	2	28	1	1	158	12	212
Depreciação	-	(19)	(146)	-	(1)	-	(6)	(172)
Outros	9	19	230	1	-	(248)	12	23
Saldo em 30/06/2015								
Custo	746	1.136	4.427	55	57	228	169	6.818
Depreciação Acumulada	-	(418)	(2.066)	(34)	(48)	-	(104)	(2.670)
Saldo Contábil, líquido	746	718	2.361	21	9	228	65	4.148
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.566	60	60	195	174	6.968
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.215)	(37)	(50)	-	(107)	(2.822)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 30/06/2016	(15)	(39)	(41)	(2)	-	(32)	4	(125)
Aquisições	-	-	22	-	-	73	4	99
Baixas	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Depreciação	-	(18)	(148)	(2)	-	-	(7)	(175)
Transferências	-	(13)	109	-	-	(105)	8	(1)
Outros	(15)	(8)	(22)	-	-	-	(1)	(46)
Saldo em 30/06/2016								
Custo	760	1.118	4.672	60	60	163	185	7.018
Depreciação Acumulada	-	(432)	(2.362)	(39)	(50)	-	(114)	(2.997)
Saldo Contábil, líquido	760	686	2.310	21	10	163	71	4.021
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

Notas Explicativas



NOTA 10 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2014					
Custo	73	12	714	412	1.211
Amortização Acumulada	(48)	(1)	-	(133)	(182)
Saldo Contábil, líquido	25	11	714	279	1.029
Movimentações de 01/01 a 30/06/2015	6	-	-	(13)	(7)
Aquisições	8	1	-	-	9
Amortização	(3)	(1)	-	(14)	(18)
Outros	1	-	-	1	2
Saldo em 30/06/2015					
Custo	80	13	714	413	1.220
Amortização Acumulada	(49)	(2)	-	(147)	(198)
Saldo Contábil, líquido	31	11	714	266	1.022
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 30/06/2016	4	(4)	5	(16)	(11)
Aquisições	6	-	-	-	6
Amortização	(3)	-	-	(14)	(17)
Outros	1	(4)	5	(2)	-
Saldo em 30/06/2016					
Custo	92	22	719	412	1.245
Amortização Acumulada	(55)	(2)	-	(175)	(232)
Saldo Contábil, líquido	37	20	719	237	1.013
<i>Taxas Médias Anuais de Amortização</i>	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (Goodwill) é decorrente das seguintes aquisições:

	30/06/2016	31/12/2015
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 23)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	-
Metalúrgica Jacareí	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	714

Notas Explicativas



NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda. e Tablemac S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 30 de junho de 2016, a Duratex Florestal Ltda. e a Tablemac S.A., possuíam aproximadamente 177,1 mil hectares em áreas de efetivo plantio (170,3 mil hectares em 31/12/2015) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,17% a.a. em 30 de junho de 2016 e 10,17% a.a. em 31 de dezembro de 2015. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Notas Explicativas**b) Composição dos Saldos**

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	934	895
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	574	547
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.508	1.442

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	1.442	1.355
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	76	124
Exaustão	(49)	(146)
Variação do Valor Histórico		
Formação	81	204
Exaustão	(42)	(95)
Saldo final	1.508	1.442

	30/06/2016	31/12/2015
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	27	(22)
Variação do Valor Justo	76	124
Exaustão do Valor Justo	(49)	(146)

Notas Explicativas



NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.182	4.124	2.019	3.959
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(742)	(1.402)	(686)	(1.346)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:				
(Inclusões) Exclusões	791	1.458	558	1.252
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	759	1.485	692	1.377
Resultado de Investimentos no Exterior	1	(1)	1	-
Juros Sobre o Capital Próprio	32	(23)	7	10
Reversão de Crédito Fiscal Diferido	-	-	(142)	(142)
Outras	(1)	(3)	-	7
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	49	56	(128)	(94)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I - O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido estão representados por:

	31/12/2014	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	369	(49)	183	503
Créditos de Liquidação Duvidosa	6	-	2	8
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	-	-	3
Ágio na Aquisição do Investimento	142	(142)	-	-
Provisões para Passivos Contingentes	189	(13)	72	248
Outros	35	(16)	35	54
Total do Ativo Fiscal Diferido	744	(220)	292	816
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(54)	3	-	(51)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(44)	-	(85)	(129)
Depreciação	(105)	96	(1)	(10)
Planos de Pensão	(4)	1	(2)	(5)
Venda de Imóvel	(4)	2	-	(2)
Outras Obrigações	(31)	3	(22)	(50)
Ajustes CPCs / IFRS	(376)	17	-	(359)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(623)	122	(110)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	121	(98)	182	205

Notas Explicativas



	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	30/06/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(64)	14	453
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	-	2	10
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros				
Derivativos	3	-	-	3
Provisões para Passivos Contingentes	248	(4)	37	281
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	96	96
Outros	54	(9)	5	50
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(77)	154	893
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	1	-	(50)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	-	(5)
Resultado do Swap	(129)	94	-	(35)
Depreciação	(10)	10	-	-
Planos de Pensão	(5)	1	-	(4)
Venda de Imóvel	(2)	-	-	(2)
Outras Obrigações	(50)	6	(1)	(45)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	-	(3)	(362)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	112	(4)	(503)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	35	150	390

II - A estimativa de realização e o valor presente do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos existentes em 30/06/2016, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	30/06/2016	31/12/2015
Ativo Fiscal Diferido:	893	816
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	130	55
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	763	761
Passivo Fiscal Diferido	(503)	(611)
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(503)	(611)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	390	205

Notas Explicativas



NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	30/06/2016		31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	35	2	64	5
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	65	116	64	146
BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	5	3	5	7
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	1	2
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	9	41	8	43
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	4	-	6
FUNDIEST	30 % IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	24	87	20	97
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	47	2	36
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	1	1	4	1
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	1	58	1	56
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	14	667	14	645
DESCONTO NPR	8,75% a.a	-	19	-	20	-
Total moeda nacional			178	1.028	203	1.045
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	7	-	14	1
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	-	2	1
BNDES	US\$ + Libor + 2,1 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	33	-	-	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,35 % e 1,50 % a.a.	Nota Promissória	59	180	110	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	211	517	6	723
Total moeda estrangeira			313	697	133	905
Total Duratex			491	1.725	336	1.950
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	27	1	27
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	52	3	53
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	1	6	1	3
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9% CDI	Aval - Duratex S.A.	7	141	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL COM SWAP	11,5 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	135	-	127	-
CRA ⁽²⁾	98% CDI	Fiança - Duratex S.A	20	665	-	-
Total moeda nacional			167	891	139	224
SANTANDER-HERMES	4,59 % a.a.	Apólice de Seguro emitida por 95%	11	-	3	5
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	3	2	2	5
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	9	7	10	11
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	-	2
Total moeda estrangeira			23	10	15	23
Total Duratex Controladas			190	901	154	247
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	20	38	23	46
BNDES	IPCA + 1,96 a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	8	-	6
BNDES	3,0 a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	2	2	3
FINEP	3,5% a.a.	Aval - Itaúsa	2	8	2	10
CESSÃO DE CRÉDITO	16,52 % a.a.	-	18	-	23	-
NCE SAFRA	CDI + 2,67 a 3,29 % a.a.	-	10	-	40	-
NCE BRASIL	CDI + 1,32 % a.a.	-	8	-	-	-
VENDOR	-	-	-	-	2	-
BNB	11,18 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	28	-	-
Total moeda nacional			62	84	92	65
BNDES	Variação cambial+2,03 a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	5	7	7	12
ACC - DESCONTO CAMBIAL	4,06 % a.a.	-	5	-	-	-
PRÉ PAGTO. EXP. COM SWAP	CDI + 5,22 % a.a.	-	17	-	20	-
Total moeda estrangeira			27	7	27	12
Total Elekeiroz			89	91	119	77
Itautec						
BNDES	TJLP + 1,1 % a.a.	Fiança Bancária	1	-	1	-
BNDES	TJLP + 3,1 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
BNDES	5,6 % a.a.	Fiança Bancária	-	-	1	-
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	15	11	15	19
BB 4131	105,6 % CDI	-	-	-	11	-
ALFA CG	110,65% CDI	-	-	-	30	-
Total moeda nacional			16	11	59	19
Total Itautec			16	11	59	19
Total Itaúsa Consolidado			786	2.728	668	2.293

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado

(2) Em 1 de abril de 2016, a controlada indireta Duratex Florestal Ltda, recebeu R\$ 675 relativos a cessão de um contrato de compra e venda de madeira, existente entre ela e a controladora Duratex S.A. Este contrato foi utilizado como lastro para emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, emitidos pela Ourinvest Securitizadora S.A. Neste sentido foram emitidos 675 mil certificados de valor unitário igual a R\$ 1.000,00 e que perfaz o montante recebido. O prazo de vencimento destes certificados é de 6 anos, com pagamento "bullet" do principal e juros semestrais.

Vencimento	30/06/2016	31/12/2015
2017	236	552
2018	507	483
2019	761	732
2020	440	423
2021	80	79
2022	687	10
2023	8	7
Demais	9	7
Total	2.728	2.293

Notas Explicativas**NOTA 14 – DEBÊNTURES**

Em 08/02/2012 foi aprovada na Duratex a primeira Emissão Privada de Debêntures, com garantia flutuante, conversíveis em ações ordinárias de emissão da Duratex, para subscrição privada, no valor total de R\$ 100, com remuneração de IPCA + 6% a.a. pagos anualmente em 15 de janeiro de cada ano, com vencimento para 15/01/2017, cujos recursos foram destinados para:

- a) Implantação, na unidade industrial de sua propriedade localizada em Itapetininga-SP, de uma nova linha de produção de painéis de fibra de madeira reconstituída de média densidade (MDF), uma nova linha de revestimento em baixa pressão e uma impregnadora de papel laminado a baixa pressão;
- b) Aquisição das máquinas e equipamentos nacionais necessários ao projeto descrito no item anterior.

	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Debêntures Duratex	139	-	139	7	130	137

NOTA 15 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	30/06/2016	31/12/2015
Tributário		
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	130	135
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	14	13
Restituição do ILL Pago na Distribuição de Dividendos de 1989 a 1992	13	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	46	33
PIS e COFINS	4	4
Compensação de PIS Decretos-Lei 2445 e 2449 de 1988	18	18
Outros	9	9
Cível		
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	14	13
Outros	3	3
Total	251	242

Notas Explicativas



b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.

- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2014	484	76	19	579
Atualização Monetária	56	18	2	76
Constituição	148	37	1	186
Reversão	(18)	(25)	(4)	(47)
Pagamentos	(6)	(25)	(1)	(32)
Aquisição DuchaCorona	-	6	3	9
Saldo Final	664	87	20	771
(-) Depósitos Judiciais	(14)	(14)	-	(28)
Saldo em 31/12/2015 após a compensação dos Depósitos Judiciais	650	73	20	743

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	41	9	2	52
Constituição	68	14	2	84
Reversão	(2)	(4)	(2)	(8)
Pagamentos	-	(13)	(1)	(14)
Saldo Final	771	93	21	885
(-) Depósitos Judiciais	(28)	(15)	-	(43)
Saldo em 30/06/2016 após a compensação dos Depósitos Judiciais	743	78	21	842

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 667: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 30 de junho de 2016, esses processos totalizavam R\$ 922 para causas tributárias, R\$ 38 para causas trabalhistas e R\$ 7 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 435: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 254: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;

Notas Explicativas



- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 83: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 18: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 18: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 13: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior.

Notas Explicativas**NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA****a) Capital Social**

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 29/04/2016, foram aprovadas as seguintes propostas do Conselho de Administração:

- Cancelamento de 4.155.240 ações escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, sendo 2.155.240 ordinárias e 2.000.000 preferenciais, sem redução do valor do capital social, mediante absorção de R\$ 33 das Reservas Estatutárias.
- Aumento do capital social em R\$ 4.080, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 580 da Reserva Legal, R\$ 285 da Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.724 da Reserva para Reforço de Capital de Giro e R\$ 1.491 da Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas;
- Emissão de 675.464.328 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 259.539.186 ordinárias e 415.925.142 preferenciais, que foram atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 29/04/2016;
- Aumento do limite do capital autorizado na mesma proporção da bonificação em ações prevista no item anterior, elevando-o de 9.075.000.000 para 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

Após esses eventos, o Capital Social passou a ser de R\$ 36.405, representado por 7.430.107.624 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.854.931.054 ordinárias e 4.575.176.570 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Notas Explicativas



Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2015 e de junho de 2016:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2014	2.344.705.507	3.755.390.279	6.100.095.786	27.025
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2015	245.123.401	403.541.149	648.664.550	5.300
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	5.000
Cancelamento de Ações	(8.227.800)	(2.320.000)	(10.547.800)	-
Bonificação de 10% em Ações	236.140.646	378.295.584	614.436.230	-
Subscrição de Ações	17.210.555	27.565.565	44.776.120	300
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2015	2.597.547.108	4.161.251.428	6.758.798.536	32.325
Residentes no País	2.596.527.796	2.755.241.873	5.351.769.669	25.596
Residentes no Exterior	1.019.312	1.406.009.555	1.407.028.867	6.729
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2014	(7.718.200)	(2.320.000)	(10.038.200)	-
Ações Adquiridas	(2.635.200)	(2.000.000)	(4.635.200)	-
Bonificação de 10% em Ações	(29.640)	-	(29.640)	-
Cancelamento de Ações	8.227.800	2.320.000	10.547.800	-
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações ações do capital integralizado de 01/01 a 30/06/2016	257.383.946	413.925.142	671.309.088	4.080
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 30/06/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.134.619	2.820.649.105	5.674.783.724	27.805
Residentes no Exterior	796.435	1.754.527.465	1.755.323.900	8.600
Ações em Tesouraria em 30/06/2016	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 30/06/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

Notas Explicativas

**I. Cálculo**

Lucro Líquido	4.199	
(-) Reserva Legal	(210)	
Base de Cálculo do Dividendo	3.989	
Dividendo Mínimo Obrigatório	997	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionados	1.134	(137)	997
Dividendos	222	-	222
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/07/2016	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 03/10/2016	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio a ser Declarado ⁽²⁾	912	(137)	775
1 parcela de R\$ 0,0790 por ação a ser paga em 25/08/2016	585	(88)	497
Complementar de R\$ 0,0441 por ação a ser declarado	327	(49)	278
Total em 30/06/2016 - R\$ 0,1347 líquido por ação	1.134	(137)	997
Total em 30/06/2015 - R\$ 0,1213 líquido por ação ⁽¹⁾	1.025	(123)	902

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

(2) Considera aquisição, em 14/07/2016, de 26.819.000 ações ordinárias para manutenção em tesouraria (Nota 30).

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas



	30/06/2016	31/12/2015
Reservas de Lucros	10.763	12.654
Legal	753	1.123
Estatutárias	10.010	11.531
Equalização de Dividendos	6.310	5.291
Reforço do Capital de Giro	1.583	2.770
Aumento de Capital de Empresas Participadas	2.117	2.752
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	-	718
Outras Reservas	623	687
Total das Reservas na Controladora	11.386	13.341

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2015	1.123	11.531	687	13.341
Constituição de Reservas	210	2.855	-	3.065
Cancelamento de Ações	-	(33)	-	(33)
Aumento de Capital com Reservas	(580)	(3.500)	-	(4.080)
Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório do Exercício Anterior	-	(718)	-	(718)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(125)	(64)	(189)
Saldo em 30/06/2016	753	10.010	623	11.386

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**NOTA 17 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES****Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas****a) Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869	1.437.919
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Notas Explicativas



Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/15	Jun/16			2007 a 2014	2015	2016	
08/02/2006	2.659.180	30/06/2007	até 31/12/2016	11,16	59.113	31.402	9,79	1	1	-	-	-
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.469.581	1.294.078	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.543.474	1.367.971	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	867.236	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	1.471.579	814.165	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	2.014.061	1.549.288	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	1.010.991	791.889	5,69	6	5	1	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.648.699	1.229.733	6,54	9	5	3	1	1
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.154.616	2.144.813	4,48	9	2	2	1	3
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	31/12/2024	5,74	-	1.002.550	4,00	8	-	-	1	8
Soma	19.673.748				12.239.350	11.065.414		104	84	6	3	12
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								101	81⁽¹⁾	6⁽²⁾	3⁽³⁾	12⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2014.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2015.

(3) Valor contabilizado contra o resultado no 1º semestre 2016.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 30 de junho de 2016 a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

b) Itaútec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trariam para as ações representativas do capital da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia.

O preço de período fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binomial", foram as seguintes:

Notas Explicativas**Premissas**

Data da Outorga	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	173.333
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) - (ii)	45,60
Preço do exercício (em reais - R\$) - (ii)	36,45
Valor justo da opção (em reais - R\$) - (ii)	32,88
Prazo de carência	30/06/2007
Prazo limite para exercício	31/12/2016
Volatilidade	65%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 30 de junho de 2016 o preço de mercado das ações era de R\$ 15,13 (R\$ 15,00 em 31 de dezembro de 2015) por ação.

c) Elekeiroz S.A.**Plano de outorga de opções**

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações não ocorreram outorgas no referido plano, não produzindo quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas



NOTA 18 - VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.509	2.899	1.480	3.031
Mercado Interno	1.271	2.444	1.305	2.694
Mercado Externo	238	455	175	337
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(308)	(589)	(310)	(641)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.201	2.310	1.170	2.390

NOTA 19 - DESPESAS POR NATUREZA

	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Variação do valor justo dos ativos biológico	40	76	32	77
Variação nos estoques de produtos acabados	97	175	152	250
Matérias-primas e materiais de consumo	(689)	(1.358)	(689)	(1.388)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(237)	(468)	(224)	(446)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(144)	(284)	(155)	(307)
Despesas de transporte	(83)	(158)	(75)	(146)
Despesas de publicidade	(46)	(67)	(44)	(71)
Outras despesas	(87)	(190)	(114)	(225)
Total	(1.149)	(2.274)	(1.117)	(2.256)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Custo dos produtos e serviços	(919)	(1.819)	(900)	(1.816)
Despesas com vendas	(166)	(309)	(154)	(307)
Despesas gerais e administrativas	(64)	(146)	(63)	(133)
Total	(1.149)	(2.274)	(1.117)	(2.256)

NOTA 20 - OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Reversões (provisões) para Contingências	(5)	(17)	2	3
Resultado de Plano Benefício	(3)	(4)	-	-
Amortização Intangível	(8)	(16)	(6)	(13)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(3)	(5)	(4)	(8)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	3	10	4	14
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	4	7	7	12
Receita de Aluguel	2	5	2	3
Ganho por Compra Vantajosa (*)	4	4	-	-
Outros	-	(7)	(4)	-
Total	(6)	(23)	1	11

(*) Refere-se a ganho por compra vantajosa na aquisição, pela Elekeiroz S.A., de 50% da empresa Nexoleum Bioderivados S.A, ocorrida em Maio/16.

Notas Explicativas



NOTA 21 - RESULTADO FINANCEIRO

	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Receitas Financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	85	154	63	124
Variação cambial ativa	(1)	2	8	35
Atualizações monetárias	12	28	7	16
Juros e descontos obtidos	4	7	16	31
Outras	2	4	3	4
Total	102	195	97	210
Despesas Financeiras				
Encargos sobre financiamentos	25	79	(39)	(273)
Variação cambial passiva	(5)	(13)	(8)	(37)
Atualizações monetárias	(22)	(47)	(19)	(33)
Operações com derivativos	(139)	(285)	(55)	98
Taxas bancárias	(2)	(5)	(2)	(4)
Outras	(13)	(16)	(6)	(17)
Total	(156)	(287)	(129)	(266)
Total do resultado financeiro	(54)	(92)	(32)	(56)

Notas Explicativas



NOTA 22 - LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/04 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2016	01/04 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2015
Lucro Líquido	2.231	4.199	1.866	3.796
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)	(46)	(46)
Subtotal	2.185	4.153	1.820	3.750
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(29)	(29)	(29)	(28)
Subtotal	2.156	4.124	1.791	3.722
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:				
Aos Detentores de Ações Ordinárias	828	1.585	688	1.430
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.328	2.539	1.103	2.292
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	857	1.614	717	1.458
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.374	2.585	1.149	2.338
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias	2.854.931.054	2.854.931.054	2.856.643.681	2.847.155.948
Ações Preferenciais	4.575.176.570	4.575.176.570	4.577.376.571	4.560.827.004
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$				
Ações Ordinárias	0,30	0,57	0,25	0,51
Ações Preferenciais	0,30	0,57	0,25	0,51

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas



NOTA 23 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

a) Bank of America Corporation

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2015	Amortizações/ Realizações	30/06/2016
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	32	(3)	29
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	55	(10)	45
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	88	(13)	75
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	155	(13)	142
Passivo fiscal Diferido (IV)	(62)	5	(57)
Total ágio alocado (V = III + IV)	93	(8)	85
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas



NOTA 24 - BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 30 de junho de 2016 com 9.047 participantes (9.356 em 31 de dezembro de 2015).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 115 (R\$ 119 em 31 de dezembro 2015). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 4 (não houve montante reconhecido no resultado do período de 30 de junho de 2015).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria, pecúlio por morte.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2016	30/06/2015
Taxa de Desconto	12,60% a.a.	11,66% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,38 % a.a.	7,59 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.
Inflação	5,00 % a.a.	5,20 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas; A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas



NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 30 de junho de 2016 podem ser acessadas no site www.itaunibanco.com.br/rj.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas



	Janeiro a Junho	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽¹⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2016	1.316.342	9.374	704	134	56.738
	2015	1.133.898	8.860	699	240	50.816
Receitas Operacionais ⁽²⁾	2016	103.338	1.914	392	5	6.676
	2015	88.345	1.967	407	18	6.440
Lucro Líquido	2016	11.710	(29)	(28)	(14)	4.180
	2015	11.518	107	(12)	(21)	3.865
Patrimônio Líquido (PL)	2016	117.583	4.560	427	57	49.584
	2015	103.959	4.687	453	88	44.635
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽³⁾	2016	20,7%	-1,3%	-12,7%	-42,8%	17,2%
	2015	23,0%	4,6%	-5,4%	-43,0%	17,8%
Geração Interna de Recursos ⁽⁴⁾	2016	63.704	365	(18)	(8)	212
	2015	26.054	490	5	(16)	405

(1) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(3) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio ((dez'15 + mar + jun) / 3).

(4) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Notas Explicativas**NOTA 26 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2016	31/12/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Aplicações Financeiras	116	233	10	11
Itaú Unibanco S.A.	116	233	10	11
Clientes	49	43	88	96
Partes Relacionadas de Controladas (*)	49	43	88	96
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(3)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	-
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(1)	(1)
Itaú Seguros	-	-	(1)	(1)
Total	165	276	95	105

(*) Referem-se basicamente à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. E Fer. S.A. e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 3 (R\$ 2 de 01/01 a 30/06/2015) em função da utilização da estrutura comum.

Em 30 de Junho de 2016 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

Notas Explicativas**b) Garantias Prestadas**

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Duratex S.A.	272	330
Elekeiroz S.A.	122	110
Itautec S.A.	26	33
Total	420	473

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração	17	18
Participações no Lucro	9	6
Opções de Ações	3	2
Total	29	26

Notas Explicativas



NOTA 27 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 643 (R\$ 802 em 31/12/2015), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de SWAP US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de SWAP Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do SWAP.

Notas Explicativas



A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	30/06/2016	30/06/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	90	98	(9)
Posição Ativa	1.130	1.272	98	(9)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	960	1.083	98	(4)
Taxa Pré-Fixada	170	189	-	(5)
Posição Passiva	(1.130)	(1.182)	-	-
CDI	(1.130)	(1.182)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	49	49	-	-
Compromisso de Venda	49	49	-	-
NDF	49	49	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2015	31/12/2015	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	19	365	375	(8)
Posição Ativa	1.199	1.568	375	(8)
Moeda Estrangeira (USD e EUR)	1.009	1.393	375	-
Taxa Pré-Fixada	190	175	-	(8)
Posição Passiva	(1.180)	(1.203)	-	-
CDI	(1.180)	(1.203)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	61	62	-	-
Compromisso de Venda	61	62	-	-
NDF	61	62	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deteriorização da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(5)	(8)	(11)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		5	8	11
	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	(21)	(357)	(692)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	21	357	692
	NDF (US\$)	Queda US\$	1	(10)	(25)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(1)	10	25
Cambial	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(6)	(12)
		Aumento US\$	-	6	12
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(3)	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	6	11
		(Aumento US\$)	-	(6)	(11)
	Fornecedores Exterior	Queda US\$	-	2	4
		(Aumento US\$)	-	(2)	(4)
Total			(3)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas



Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

c) Risco de Liquidez

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

30/06/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	925	743	1.976	10
Fornecedores e Outras Obrigações	319	1	-	35
Total	1.244	744	1.976	45

31/12/2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	676	1.180	1.235	7
Fornecedores e Outras Obrigações	441	3	-	29
Total	1.117	1.183	1.235	36

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – "Instrumentos financeiros: evidenciação" para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas



A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	30/06/2016	31/12/2015
Ativos ⁽¹⁾		4.660	4.628
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	33	80
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.323	2.094
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	61	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	234	221
Contas a Receber de Clientes	2	955	996
Dividendos/JCP	2	727	835
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	94	104
Outros Ativos Financeiros	2	233	237
Passivos		5.147	5.139
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.653	3.098
Fornecedores / Outras Obrigações	2	355	473
Dividendos/JCP	2	1.139	1.568

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa

NOTA 28 – ATIVO MANTIDO PARA VENDA

Conforme reunião realizada em 25/02/2015, os membros do Conselho de Administração da Itaútec deliberaram, por unanimidade, aprovar a intenção da Itaútec em exercer a *put option* (opção de venda) dos 30% de participação que a ITAÚSA possui na Oki Brasil.

Desta forma, a partir de fevereiro de 2015, o investimento da Itaútec no capital social da Oki Brasil passou a ser classificado em duas rubricas em função do valor justo ser superior ao valor contábil:

- “Ativo Mantido para Venda” no montante de R\$ 38;
- “Outros Ativos Financeiros” no montante de R\$ 9 (R\$ 6 em 31 de dezembro de 2015), correspondente a diferença entre o valor contábil e o valor justo ajustado ao valor presente da *put option*.

Em 26 de fevereiro de 2016, as partes firmaram Aditamento ao Acordo de Acionistas de modo que a ITAÚSA, através de sua subsidiária Itaútec, subscreveu 1.717.650 novas ações no aumento do capital da Oki Brasil e as integralizou em 08 de março de 2016 por R\$ 20 do total de R\$ 148 subscritos e integralizados, passando o investimento total da ITAÚSA a corresponder a 16,2% do capital da Oki Brasil.

Em reunião de 31 de março de 2016, o Conselho de Administração da Itaútec aprovou a intenção de exercer também a venda dessas novas ações da Oki Brasil (*additional put option*), a ocorrer em janeiro de 2020, conforme previsto no Aditamento ao Acordo de Acionistas.

A partir de março de 2016 esse investimento adicional da Itaútec no capital da Oki Brasil passou a ser classificado em:

- “Ativo Não Circulante Mantido para Venda” no montante de R\$ 20, em 30 de junho de 2016.
- “Outros Ativos Financeiros”, no montante de R\$ 1, correspondente a atualização.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 temos R\$ 58 em “Ativo Mantido para Venda”.

Notas Explicativas**NOTA 29 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO**

Propriedades para Investimento	Terrenos	Edifícios	Instalações	Total
Saldo Contábil, líquido em 31/12/2015	2	28	-	30
Movimentações de 01/01 a 30/06/2016	-	(1)	-	(1)
Depreciação	-	(1)	-	(1)
Saldo em 30/06/2016				
Custo	2	52	2	56
Depreciação Acumulada	-	(25)	(2)	(27)
Saldo Contábil, líquido	2	27	-	29

Em 30/06/2016 a receita de aluguel das propriedades para investimento totalizou R\$ 3 (R\$ 3 em 30/06/2015). Este imóvel, situado na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo (terreno, edifício e instalações), está alugado pela subsidiária Itautech à Oki Brasil Ind. Com. Produtos Tecnologia em Automação S.A..

NOTA 30 – EVENTOS SUBSEQUENTES**Aquisição de Ações para Manutenção em Tesouraria**

Em 14/07/2016, foram adquiridas pela ITAÚSA 26.819.000 ações ordinárias para manutenção em tesouraria, ao custo total de R\$ 204.

Plano de Benefício Definido – Destinação da Reserva Especial

Foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) em 04/07/2016, conforme Portaria nº 306, publicada no DOU de 05/07/2016, a destinação de parte da reserva especial do Plano de Benefício Definido, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial, às patrocinadoras e participantes do plano. Nos termos do pedido aprovado, caberá às subsidiárias da Itaúsa a devolução de R\$ 16, a valores de junho/2016.

O recebimento do valor descrito será efetuado em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas no último dia útil de cada mês, iniciando-se em julho/2016, já atualizado de acordo com retorno dos investimentos do respectivo Plano de Benefício Definido até o mês anterior ao crédito.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Companhia) e suas controladas (Consolidado), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2016, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de agosto de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. (Itaúsa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 30.06.2016, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itaúsa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itaúsa no período. São Paulo (SP), 8 de agosto de 2016. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
Diretor de Relações com Investidores